



Associação
Nacional de
Municípios
Portugueses

IV ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS

Santarém, 11 de Novembro de 2002

DECLARAÇÃO FINAL

1. Salientando que o **crescimento do investimento dos Municípios é claramente superior ao crescimento da respectiva despesa corrente**, o que contraria frontalmente as acusações de despesismo de que o jet-set jornalístico passou a considerar "bem" acusar os Municípios (vide Anuário Estatístico de Portugal, do INE);
2. Sublinhando que a capacidade de **transformar Receitas Correntes em Investimentos é muito superior nas autarquias** em relação à Administração Central, traduzindo-se em conseguir, **com pouco mais de 10% da Receita do Estado**, realizar cerca de **45% do investimento público nacional** e assegurar cerca de **18% do emprego público**;
3. Considerando que a **autonomia do Poder Local**, constitucionalmente consagrada, **não pode ser posta em causa por medidas avulsas** anualmente inseridas em cada Lei do Orçamento de Estado;
4. Constatando que, na Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2003, esta prática é retomada, ao ser suspensa a aplicação da Lei de Finanças Locais, no seu art.º 24º. (características de endividamento municipal);
5. Considerando que o **estabelecimento casuístico e anual de limites à capacidade de endividamento põe em causa a autonomia financeira das autarquias locais**, nas suas várias vertentes de previsibilidade, planeamento e elaboração orçamental, e que a **autonomia financeira das autarquias não é compatível com um quadro movediço**, com negociações, renegociações, pressões e cedências, periodicamente levadas a cabo pelos intervenientes no processo orçamental;
6. Salientando que assistimos agora a um **esvaziamento de conteúdo do princípio da autonomia financeira** ou — o que é igualmente atentatório para esse princípio constitucional —, ao seu preenchimento casuístico e temporário, inovação que constitui um **retrocesso na evolução do quadro financeiro autárquico do actual Estado de Direito Democrático**;

7. Salientando que a Lei do **Orçamento (Rectificativo) para 2002**, aprovado por este mesmo Governo, em Maio, já estabelecia a impossibilidade do aumento do endividamento líquido dos Municípios, mas **definia como excepções os novos empréstimos destinados a Habitação Social, a obras cofinanciadas por Fundos Comunitários** e ao Euro-2004 (futebol);
8. Sublinhando que a Proposta de **Lei do Orçamento de Estado para 2003**, no seu artigo 18.º, define como **única excepção** ao aumento do endividamento líquido dos Municípios, os novos empréstimos destinados ao **Euro-2004**, deixando de ser excepções a Habitação Social e as obras cofinanciadas por Fundos Comunitários;
9. Insistindo que esta **estranha prioridade nacional** definida pelo Governo, sendo legítima, é no mínimo muito discutível, sendo mesmo **incompreensível e inaceitável**;
10. Considerando que o **Governo criou expectativas**, nomeadamente através de intervenções públicas do Senhor Primeiro-Ministro, de que as **restrições ao endividamento** estabelecidas na Lei do Orçamento (Rectificativo) para 2002 **não seriam agravadas em 2003**, o que não veio a acontecer, como agora se constata;
11. Salientando que os **Municípios, responsavelmente, revelaram a sua disponibilidade e empenhamento em participarem no esforço nacional para conter o défice orçamental do Estado**, quer aceitando desde logo sujeitar-se às limitações ao endividamento que vieram a ser estabelecidas na Lei do Orçamento (Rectificativo) para 2002, quer assumindo a possibilidade de diminuir a sua capacidade legal de endividamento;
12. Reafirmando que, face a essa disponibilidade e empenhamento dos Municípios, **não se podem agora sujeitar as populações — mais que os próprios Municípios — a ainda maiores sacrifícios na sua qualidade de vida**, que ultrapassam aquilo que estava definido na Lei do Orçamento (Rectificativo) para 2002, conforme o compromisso deste mesmo Governo;
13. Constatando que, por via do montante global de amortizações, o qual deverá rondar os 250 milhões de euros (cerca de 50 milhões de contos), ficarão de fora **cerca de 5 dezenas de Municípios — que não terão acesso a quaisquer novos empréstimos**;
14. Sublinhando que o **Governo pretende aumentar o seu endividamento** até 6 347 900 000 euros (cerca de **1 300 milhões de contos**) — um **crescimento** de cerca de **25%** (artigos 58.º e 59.º da Proposta de Lei), enquanto **proíbe os Municípios** de aumentarem o seu endividamento, apesar de este representar apenas cerca de **2% da dívida pública** (contra cerca de 98% da Administração Central);
15. Reafirmando que estas medidas implicarão a **paralisação**, quer da **construção da Habitação Social em todo o país** (incluindo o Plano Especial de Realojamento) quer mesmo da aquisição de **milhares de fogos já construídos, que ficarão abandonados**, e ainda a criação de um "buraco" de cerca de 100 milhões de euros (**20 milhões de contos**) no INH, montante que os **Municípios ficarão impedidos de pagar àquele Instituto**;

16. Insistindo que **poderão ter de ser devolvidos à União Europeia dezenas de milhões de euros** referentes a obras cofinanciadas por Fundos Comunitários que não poderão ser iniciadas;
17. Confirmando que ficará **paralisado** o desenvolvimento dos equipamentos para a **Educação Pré-Escolar e 1º. Ciclo do Ensino Básico**, que tinham sido **recentemente acordados com o Ministério da Educação**;
18. Sublinhando que, ao recorrerem ao crédito, os Municípios estão meramente a **antecipar a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos**;
19. Tendo em conta que os resultados do abrangente e significativo **estudo de opinião**, realizado a nível nacional, **confirmam** as posições da **ANMP** em relação à **necessidade** de os Municípios poderem ver garantido o **financiamento das obras cofinanciadas por Fundos Comunitários e para Habitação Social**;
20. Sublinhando que o mesmo **estudo de opinião confirma a confiança** inequívoca que a **larga maioria de portugueses** deposita na capacidade de realização do Poder Local e na gestão municipal.

Os **milhares de eleitos locais** reunidos em Santarém, em 11 de Novembro de 2002, no **IV Encontro Nacional de Autarcas**, em representação de Assembleias e Câmaras Municipais, Assembleias e Juntas de Freguesia de todo o País, **proclamam que:**

- a) **A suspensão de fontes de financiamento aos Municípios representa para as populações sacrifícios na sua qualidade de vida**, através de menos escolas, menos jardins, menos estradas, menos apoios às colectividades, às instituições de solidariedade social e aos bombeiros, pelo que os Municípios e Freguesias, em **reuniões das Assembleias e Câmaras Municipais, das Assembleias e Juntas de Freguesia**, deverão **debater e avaliar a situação** que está a ser criada e os seus **efeitos concretos no Concelho, divulgando-os**, pelos meios que considerem mais adequados, junto dos cidadãos e da sociedade civil;
- b) **O despesismo não é característico da actuação das autarquias locais**, as quais, pelo contrário e segundo todos os dados oficiais, **reforçam cada vez mais o peso do investimento em prejuízo das despesas correntes**, sendo ainda evidente e imediato, que **aquilo que é feito pelo Poder Local** — mês após mês, ano após ano, em todas e em cada terra — **é sempre incomparavelmente superior ao que quer que seja feito pela Administração Central** — infraestruturas, equipamentos colectivos e sociais, habitação e urbanismo, etc. etc.

- c) O art.º 18º da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2003, é **injusto, discriminatório e absolutamente inadequado** à realidade do país, devendo ser **rejeitado em absoluto**;
- d) O conjunto de cerca de 50 Municípios que ficaria impossibilitado de recorrer a qualquer tipo de crédito, com a aprovação desta Proposta de Lei, **não pode ter um tratamento discriminatório**;
- e) É necessária a criação de condições para **novos financiamentos** destinados à **Habitação Social** e a **obras cofinanciadas por Fundos Comunitários**;
- f) É indispensável que seja facultado o **acesso a novos empréstimos, de forma proporcional entre o Governo e os Municípios**, tendo em conta os até cerca de 1.300 milhões de contos de endividamento que a Proposta de Lei reserva exclusivamente para o Governo;
- g) O **Governo** — tendo em vista assegurar a maior transparência e evitar que possa haver privilegiados, em situação de crise — deverá **tornar públicos todos os valores de contratos-programa, protocolos, acordos de colaboração, etc...** celebrados **entre cada Ministério e cada Município**;
- h) Os **Municípios reafirmam a sua disponibilidade e empenhamento em participar no esforço nacional para superar a crise orçamental**, nos termos já definidos na Lei do Orçamento (Rectificativo) para 2002;
- i) O Estado como pessoa que se supõe de bem, tem de garantir a **estabilidade do planeamento e da gestão autárquica**, assegurando o **valor reforçado de legislação estruturante** — caso da Lei de Finanças Locais —, em prejuízo de medidas conjunturais;
- j) O respeito pela **autonomia do Poder Local** implica a **garantia dos meios financeiros** que os princípios constitucionais e a lei garantem;

E perante este conjunto de situações e **reafirmando os princípios** atrás enunciados, **decidem**:

- I **Reafirmar a defesa intransigente da autonomia do Poder Local**;
- II **Apelar ao Governo e à Assembleia da República que corrijam**, em nome do interesse nacional e do bom senso, o artigo 18.º da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2003, no sentido já apontado por este Encontro;

- III** Reafirmar o **papel fundamental, empenhado e insubstituível dos Municípios no desenvolvimento do País**, através da **descentralização**, evidenciando contudo que, sem as correcções já referidas, **não haverá condições para a aceitação de quaisquer novas competências** pelas autarquias;
- IV** Iniciar o processo tendente à **declaração de inconstitucionalidade** das normas contidas no já citado artigo 18.º;
- V** Proceder **ao devido esclarecimento das populações, através de todos os órgãos autárquicos, que a responsabilidade** pelos investimentos concretos que vão deixar de ser executados, **não será dos Municípios e Freguesias**, mas daqueles que os impedem de concretizar tais investimentos;
- VI** **Apoiar o estudo do Conselho da Europa** sobre o estado da Democracia Local em Portugal;
- VII** Apresentar **processos contra o Estado, por violação de compromissos assumidos**.
- VIII** Reafirmar que o papel histórico do Poder Local na construção do desenvolvimento em Portugal é garantia segura da opção, no presente, de continuar a trabalhar para a elevação da qualidade de vida dos portugueses, para a dinamização das economias locais e nacional, para a promoção do emprego e a criação de riqueza. O Governo de Portugal tem de assumir verdadeiramente e de uma forma empenhada e parceira, a força e a capacidade de realizar do Poder Local, com especial empenho nestes tempos de congregação de energias e capacidades, para que sejamos capazes de cumprir compromissos com a União Europeia, com os portugueses e com as gerações vindouras. Como sempre e agora mais que nunca, o Poder Local diz presente à construção de mais e melhor futuro.